



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

Tomada de Preços nº 23/2018

Processo Licitatório nº 127/2018

Assunto: *Contratação de empresa especializada para execução do Condomínio do Idoso, contendo 10 unidades habitacionais de interesse social adaptadas, com área de 45,39m² cada unidade.*

Foi aberto processo licitatório a pedidos da Secretarias de Obras Públicas e Urbanismo para Contratação de empresa especializada para a *Contratação de empresa especializada para execução do Condomínio do Idoso, contendo 10 unidades habitacionais de interesse social adaptadas, com área de 45,39m² cada unidade* e demais especificações constantes neste edital.

Publicado o edital, estabelecendo as regras de participação, a data para apresentação dos envelopes de habilitação e propostas.

Aberta a sessão, 8 (oito) empresas se credenciaram para participação do certame, sendo elas:

- DM ASSESSORIA LTDA;
- RETON CNSTRUTORA LTDA;
- TRIENGE CONSTRUÇÃO CIVIL – EIRELI;
- GONÇALVES & ALMEIDA ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA – ME;
- RW TORRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA;
- R.M GARCIA & CIA LTDA – EPP;
- GRESCON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA;
- CONSTRUTORA C. MAIA EIRELI EPP.

Aberta a sessão, presente todas as licitantes.

Passando-se a abertura dos envelopes de habilitação, a presidente da Comissão de Licitação analisou os documentos e proferiu a decisão habilitando empresas, pois cumpriram os requisitos estabelecidos no edital sendo elas: TRIENGE CONSTRUÇÃO CIVIL – EIRELI, RW TORRE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, R.M GARCIA & CIA LTDA – EPP e GRESCON CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA; resolveu impedir de concorrer a empresa CONSTRUTORA C. MAIA EIRELI EPP, pois

descumpriu o item 3.2, alínea “b” do edital, estando impedida de licitar com a administração pública, conforme certidão emitida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná; e desabilitar as empresas: RETON CONSTRUTORA LTDA, pois descumpriu os itens 4.1.3, alínea “e” (deixando de apresentar Atestado de Visita Técnica); e, 4.1.7 (deixou de apresentar a Certidão de Registro Cadastral do Município de São Jorge do Ivaí); DM ASSESSORIA LTDA pois descumpriu os itens 4.1.3, alínea “e” (deixando de apresentar Atestado de Visita Técnica), item 4.1.7 (deixou de apresentar a Certidão de Registro Cadastral do Município de São Jorge do Ivaí) e item 4.1.3, alínea “b” (apresentou Certidão Positiva do CREA de pessoa Física); e GONÇALVES & ALMEIDA ENGENHEIROS ASSOCIADOS LTDA – ME, pois apresentou as certidões negativas municipal e a Certidão de Regularidade do FGTS, não podendo fazer uso do benefício de Micro e pequena empresa pois não apresentou a declaração expedida pela Junta Comercial que comprovasse tal situação.

Em virtude da habilitação e inabilitação das empresas a Sra. Presidente abriu o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação, se querendo, de recurso.

Sendo assim, as empresas RETON – CONSTRUTORA LTDA e DM ASSESSORIA LTDA - ME apresentaram recursos contra a desabilitação em 08 e 09 de janeiro de 2019 respectivamente.

Devidamente intimadas as empresas a apresentarem suas contrarrazões aos recursos apresentados, não houveram manifestações.

Razoes das Recorrentes

Recorrente RETON – CONSTRUTORA LTDA

Inconformada com sua inabilitação na tomada de preços, a empresa RETON – CONSTRUTORA LTDA, apresentou recurso administrativo contra decisão da Presidente da Comissão de Licitação que a desabilitou, pois descumpriu os itens 4.1.3, alínea “e” (deixando de apresentar Atestado de Visita Técnica); e, item 4.1.7 (deixou de apresentar a Certidão de Registro Cadastral do Município de São Jorge do Ivaí).

Alega a Recorrente, sucintamente, que cumpriu todos os requisitos do edital, classificando como irregular a exigência do Atestado de Visita Técnica, sendo suficiente a DECLARAÇÃO do licitante que conhece as condições locais para a execução do objeto e que apresentou Certificado de Registro Cadastral emitida pelo Município de Bom Sucesso e pelo Estado do Paraná, sendo que outros órgãos licitatórios acatam a apresentação dos certificados emitidos por outros entes.

Requer, no mérito, a reconsideração da decisão da Sra. Presidente da Comissão de Licitação, para habilitá-la, deferindo-se assim seu recurso administrativo.

Recorrente DM ASSESSORIA LTDA.

Inconformada com sua inabilitação na tomada de preços, a empresa DM ASSESSORIA LTDA, apresentou recurso administrativo contra decisão da Presidente da Comissão de Licitação que a desabilitou descumpriu os itens 4.1.3, alínea “e” (deixando de apresentar Atestado de Visita Técnica); item 4.1.7 (deixou de apresentar a Certidão de Registro Cadastral do Município

de São Jorge do Ivaí); e, item 4.1.3, alínea "b" (apresentou Certidão Positiva do CREA de pessoa Física)

Alega a Recorrente, sucintamente, que cumpriu todos os requisitos do edital, pois comprovou através da Certidão de Registro de Pessoa Física, que: classifica como irregular a exigência do Atestado de Visita Técnica, sendo suficiente a DECLARAÇÃO do licitante que conhece as condições locais para a execução do objeto; que apresentou toda a documentação exigidas nos artigos 28 a 31 da lei 8.666/93 em substituição ao Certificado de Registro Cadastral; e, possuía no seu quadro permanente, profissional de nível superior inscrito junto ao Crea, sendo ilegal a exigência de Certidão de Registro de Pessoa Física ser Negativa.

Contrarrazões

Devidamente intimados todos os licitantes para apresentação de contrarrazões, não houve qualquer manifestação.

Tempestividade

Estabelece o item 9.1 do edital, que em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 da lei 8.666/93, sendo que para apresentação de recursos, será concedido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões de recurso.

A sessão do certame foi realizada no dia 28 de dezembro de 2018 (quinta-feira) onde todos os licitantes saíram intimados para apresentação de recursos, iniciando-se o prazo no dia 03 e se encerrando no dia 10 de janeiro de 2019, bem como, de apresentação de contra razões iniciando no dia 11 de janeiro e se encerrando em 17 de janeiro do corrente ano, sendo os presentes recursos protocolado em 8 e 9 de janeiro de 2019.

Assim, o recurso foi apresentado tempestivamente.

No Mérito

Reza o art. 3º da Lei 8.666 que o processo observará:

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Assim, o processo licitatório visa, além de atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa à Administração **vinculando-a ao instrumento convocatório para promover a igualdade de condições entre os licitantes**, através de um julgamento **objetivo**.

Todo licitante ao elaborar uma proposta para atender a uma licitação pública, deve ter em mente que **está fazendo algo totalmente diferente** do que se estivesse elaborando uma proposta para uma empresa privada.

Exigência de Atestado de Visita Técnica.

A Lei de 8.666/93 autoriza a Administração exigir a realização de visita técnica pelo licitante como requisito de qualificação. Isso se afere a partir da leitura do art. 30, inciso III, que dispõe:

*“a documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á:
(...)”*

*III – comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que **tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação**”.*

Acerca da finalidade da realização de visita técnica – também chamada de visita prévia – o Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 4.968/2011 – Segunda Câmara, assim se manifestou:

*“A visita de vistoria tem por objetivo dar à Entidade a certeza e a comprovação de que **todos os licitantes conhecem integralmente o objeto da licitação** e, via de consequência, que suas propostas de preços possam refletir com exatidão a sua plena execução, **evitando-se futuras alegações de desconhecimento das características dos bens licitados, resguardando a Entidade de possíveis inexecuções contratuais**. 11.1.3.2. Portanto, a finalidade da introdução da fase de vistoria prévia no edital é propiciar ao proponente o exame, a conferência e a constatação prévia de todos os detalhes e características técnicas do objeto, para que o mesmo tome conhecimento de tudo aquilo que possa, de alguma forma, influir sobre o custo, preparação da proposta e execução do objeto”.*

Não há proibição, pelo TCU, a exigência da realização de visita técnica, tem entendido que seja observado algumas cautelas pelos entes licitantes, de modo a não restringir indevidamente o caráter competitivo do certame, tal como evitar “a exigência de que as licitantes realizem visita técnica obrigatória em um único dia e horário”.

Como forma de prevenir a restrição a competição no certame, a administração deixou a cargo do licitante a opção do melhor momento de realizar a visita técnica, entre a publicação do edital e a realização da sessão.

Esse é o raciocínio que se extrai do Acórdão nº110/2012 – Plenário:

“31. Com relação à exigência de que os competidores devem realizar visita técnica ao local da obra, em dia e hora único, definido no edital, foi demonstrado que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de repudiar tal medida, por configurar restrição indevida à competitividade do certame e por favorecer o prévio acerto entre os pretendentes. Neste caso, a falta é suficiente para macular a licitação e ensejar proposta para a anulação do processo licitatório, sem prejuízo de dar ciência ao omissis que a inserção no edital de licitação de exigência para a realização de vistoria técnica em um único dia e horário, constitui-se em restrição à competitividade e ofensa ao disposto no art. 3º, caput, e §1º, inciso II, da Lei 8.666/1993, além de favorecer ajustes entre os potenciais competidores”.

Desse modo, quando necessária a visita técnica, o TCU expedido orientação no sentido de que a Administração

“estabeleça prazo adequado para a sua realização, tanto para evitar que os potenciais licitantes tomem conhecimento prévio do universo de concorrentes através de reunião no mesmo local e horário, como para assegurar que os possíveis interessados ainda contem, após a realização da visita, com tempo hábil para a finalização de suas propostas”.

Assim, a exigência de visita técnica, além de ser obra de grande vulto financeiro, se encontra devidamente justificada, visando *“O princípio da **eficiência** exige que atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros”.*

Apresentação de Certificado de Registro Cadastral

Foi estabelecido pela Lei 8.666/93, em seu art. 34, que as entidades da Administração Pública que realizem licitações frequentemente, mantenham registro cadastral para efeitos de HABILITAÇÃO, bem como, faculta as entidades da administração a utilizarem os registros cadastrais de outros órgãos, vejamos:

Art. 34. Para os fins desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública **que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação**, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, um ano.

§ 1º (...)

§ 2º É facultado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

O Município de São Jorge do Ivaí realiza licitações permanentes, por isso mantém registro cadastrais das empresas que queiram participar e licitações no município. Mantendo este registro, faculta ao município, nos processos licitatórios, a aceitar ou não certificados emitidos por outros órgãos ou entidades da administração.

Para sanar qualquer dúvida sobre a apresentação deste documento, o edital é claro e está em destaque, ao estabelecer, no item 4.1.7 que, para fins de habilitação, as empresas deveriam apresentar:

4.1.7 – Certidão de Registro Cadastral da empresa junto ao Município de São Jorge do Ivaí, Paraná, emitida pelo Município em até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, conforme art. 22, § 2º, da Lei 8.666/93. A presente certidão deverá ser apresentada dentro do envelope de habilitação.

Portanto, **na Tomada de preços é condição de ingresso**, pois o participante deve estar previamente cadastrado, ou providenciar a sua inscrição antes da recepção dos envelopes com as propostas dos licitantes (art. 22, § 2º), **de maneira alguma para substituir documentos específicos do certame.**

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Não cumprindo a impetrante os requisitos previamente contidos no edital de **licitação** para fins de habilitação, deixando de apresentar **documento** nele expressamente **exigido** no edital no momento próprio, não há que se falar em ilegalidade do ato que a desclassificou do processo licitatório. Não provido.

Bem como, a possibilidade de utilização de CRC emitido por outra unidade depende de previsão no ato convocatório, que definiu, alhures, que só admitiria os fornecidos pelo próprio Município.

Apresentação de Certidão Negativa de Pessoa Física junto ao CREA

O problema da capacitação técnica operacional se revela como relevante em todas as espécies de contratação. A ausência de regulamentação acerca da capacitação técnica operacional produz dificuldades para determinar o regime jurídico aplicável. A solução acaba sendo a conjugação dos dispositivos no inc. II do caput do art. 30 e seu § 1º.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I – (...);

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;(…)

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **devidamente registrados nas entidades profissionais competentes**, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior** ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

O presente certame tem como objeto obra de engenharia, portanto o órgão profissional responsável para atestar a aptidão do profissional, estabelecida pelo inc. II do caput do art. 30, neste processo é o Conselho Regional de Engenharia - CREA ou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Para a comprovação de qualificação técnica, este será realizado através do registro de atestados de serviços e obras de engenharia, em face do CREA. A legislação própria, Lei Federal nº. 5.194/93 contempla inúmeras resoluções do CONFEA, que prevê exclusivamente o registro de documentos relacionados à **PESSOA FÍSICA** dos profissionais.

Vejamos que a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em face do CREA é obrigatória para cada prestação de serviços de engenharia. Foi disciplinada a figura do Registro de Acervo Técnico (RAT) qual se constitui uma espécie de arquivo geral e abrangente de toda a atividade desempenhada **pelo profissional ao longo de sua vida profissional**, prevendo a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT).

Como se observa que a comprovação da capacidade operacional nunca pode dispensar aquela técnica profissional, ou seja, é inútil ao licitante dispor de comprovação de que executou, no passado, certa obra ou serviço se não dispuser em seu quadro permanente de um profissional. Assim a capacitação técnica operacional é necessária, mas não o suficiente, para habilitação de um licitante, é indispensável também a capacidade técnica operacional.

Portanto, qualquer comprovação de CAT está vinculada diretamente a Pessoa Física ao profissional e não a Pessoa Jurídica. Veja-se, que a exigência discriminada no item 4.1.3, que exige a comprovação em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior junto ao CREA ou CAU, detentor de Certidão Negativa para fins de licitação, para objetivar e delimitar as exigências da lei.

Deste modo, o Recorrente não apresentou tal documento descumprindo os requisitos do edital.

Conclusão

Diante das alegações, no mérito somos pela IMPROCEDÊNCIA dos Recursos apresentados pelas empresas **RETON – CONSTRUTORA LTDA e DM ASSESSORIA LTDA**, tendo em vista que deixaram de apresentar os documentos discriminados anteriormente exigidos no edital, observando os princípios da legalidade, vinculação do edital, igualdade entre os licitantes e buscando a proposta mais vantajosa para a administração, mantendo, a Presidente da Comissão de Licitação a decisão que as desabilitaram, tudo conforme fundamentação supra.

É o parecer, à superior consideração

São Jorge do Ivaí – PR, 25 de janeiro de 2019.


Demetrius de Jesus Bedin
Procurador Municipal